

RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL

Aracaju/SE

Exercício 2023

Nº: 0045/2023

Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 – MTE-RJ



LÓGICA
CONSULTORIA
ATUARIAL

MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE**Unidade Gestora:**

Instituto de Previdência do Município de Aracaju - AJUPREV

Perfil Atuarial do RPPS:

Perfil II

Data Focal da Avaliação Atuarial:

31/dez/2022

Data Base dos Dados:

31/dez/2022

Data de Elaboração:

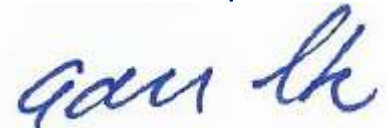
11/jul/2023

Número da Nota Técnica Atuarial:

Fundo Previdenciário: 2022.000680.1

Fundo Financeiro: 2022.000680.2

Atuário responsável:



Adilson Moraes da Costa

Atuário MIBA 1.032 – MTE-RJ

Sumário

| | | |
|-----|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 4 |
| 2 | BASE NORMATIVA | 4 |
| 2.1 | Normas Gerais | 4 |
| 2.2 | Normas Específicas | 4 |
| 3 | BASES TÉCNICAS | 5 |
| 3.1 | Hipóteses Atuariais e Premissas | 5 |
| 3.2 | Regimes Financeiros | 8 |
| 3.3 | Métodos de Financiamento Atuarial | 9 |
| 4 | PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE | 9 |
| 5 | BASE DE DADOS CADASTRAIS | 10 |
| 6 | ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO | 12 |
| 6.1 | Variação na base de dados cadastrais do Fundo Previdenciário | 12 |
| 6.2 | Variação no custo previdenciário | 13 |
| 6.3 | Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas | 14 |
| 7 | ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO FINANCEIRO | 16 |
| 7.1 | Variação na base de dados cadastrais do Fundo Financeiro | 16 |
| 7.2 | Variação no Custo Previdenciário | 17 |
| 7.3 | Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas | 17 |
| 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 18 |



1 INTRODUÇÃO

A pedido dos gestores e em observando as exigências da Secretaria da Previdência do Governo Federal para a obtenção da certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017), este relatório foi elaborado para demonstrar a evolução da massa segurada e dos resultados atuariais do RPPS de Aracaju/SE, comparando-se os resultados observados nas Avaliações Atuariais dos três últimos exercícios, tendo-se descrito as bases normativas e hipóteses atuariais utilizadas na última Avaliação Atuarial realizada.

2 BASE NORMATIVA

Os dispositivos legais utilizados como referência para os cálculos atuariais apresentados neste estudo estão enumerados a seguir:

2.1 Normas Gerais

- Constituição **Federal** e alterações introduzidas pelas **Emendas Constitucionais Nº. 20, 41, 47, 70, 88 e 103**, de 15 de dezembro de 1998, 19 de dezembro de 2003, 05 de julho de 2005, 29 de março de 2012, 07 de maio de 2015 e de 12 de novembro de 2019, respectivamente;
- **Lei nº. 9.717**, de 27 de novembro de 1998;
- **Lei nº. 10.887**, de 18 de junho de 2004;
- **Lei Complementar nº 152**, de 03 de dezembro de 2015;
- **Portaria MTP nº 1.467**, de 02 de junho de 2022; e
- **Portaria MTP nº 1.837**, de 30 de junho de 2022.

2.2 Normas Específicas

- **Lei Complementar nº 50**, de 28 de dezembro de 2001;
- **Lei Complementar nº 134**, de 01 de agosto de 2014; e
- **Lei Complementar nº 181**, de 22 de junho de 2022.

3 BASES TÉCNICAS

Conforme define a Portaria MTP nº 1.467/22, Bases Técnicas são premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regimento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

Neste item, descrevemos inicialmente as Hipóteses Atuariais e, na sequência os Regimes Financeiros adotados neste estudo, bem como o Método de Financiamento Atuarial adotado no Regime Financeiro de Capitalização.

3.1 Hipóteses Atuariais e Premissas

A Avaliação Atuarial projeta cenários decorrentes de eventos incertos ao longo do tempo, como, por exemplo, o quantitativo de segurados, a duração do tempo de pagamento dos benefícios previdenciários, bem como os seus valores a cada ano futuro.

Para tanto, são adotadas hipóteses que devem refletir as características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas incidentes sobre a população de segurados e respectivo plano previdenciário, que denominamos Hipóteses Atuariais.

Por representarem estimativas de eventos futuros, devem ser periodicamente confrontadas com os acontecimentos da vida real, para que se avalie a necessidade de ajustes. Esta análise, além de ser uma recomendação técnica, tem obrigatoriedade legal dada pela Portaria MTP nº 1.467/22.

As hipóteses atuariais adotadas foram as seguintes:

1. Tábuas Biométricas:

- 1.1. Tábua de mortalidade de válidos: – fase laborativa e fase pós laborativa: IBGE-2021 segregada por sexo.
- 1.2. Tábua de mortalidade de inválidos: IBGE-2021 segregada por sexo.
- 1.3. Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.

2. Alterações futuras no perfil e composição das massas de segurados:

- 2.1. Rotatividade: 1% ao ano;



2.2. Expectativa de reposição dos segurados ativos: número constante de servidores ativos por 75 anos, supondo que a cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu lugar com idade e salário iguais aos daquele que se desligou, quanto foi admitido no município.

3. Estimativas sobre remunerações e proventos:

3.1. Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade: 1,00% real ao ano;

3.2. Taxa real do crescimento dos proventos: 0%;

4. Taxa de juros atuarial:

Fundo Previdenciário: 5,11% real ao ano;

Fundo Financeiro: 0,00% e 4,96% ao ano.

5. Idade de entrada em algum regime previdenciário e em aposentadoria:

5.1. Idade estimada de entrada em algum regime previdenciário: diferença entre a idade de admissão no município e o tempo de serviço passado informado na base de dados cadastrais.

5.2. Idade estimada de entrada em aposentadoria: são consideradas as regras de entrada em aposentadoria previstas nas Emendas Constitucionais EC nº 20/98, EC nº 40/03, EC nº 41/03 e nº 47/05, indicando para o estudo atuarial a de menor idade alcançada, adicionada de três anos, resultante da estimativa de tempo decorrido entre a reunião dos requisitos para entrada em aposentadoria e a efetiva requisição. Os participantes em risco iminente de aposentadoria foram redistribuídos para os próximos três anos seguintes, atribuindo maior demora no ingresso em aposentadoria para os servidores mais jovens.

5.3. Composição do grupo familiar: para efeito de cálculo de custo de pensão por morte do segurado, considerou-se o estado civil informado na base de dados cadastrais. Para projeções futuras de concessão de pensão, considerou-se a probabilidade de se deixar dependente vitalício em caso de morte, calculada a partir da observação da frequência de servidores casados agrupados por idade, ajustando-os por uma função logarítmica que mais se aproxima da tendência que os dados indicam.

6. Compensação financeira entre os regimes: A estimativa de Compensação Financeira foi considerada como Ativo do Plano, uma vez que o RPPS possui convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com os regimes de origem. Como não consta da base cadastral os valores das remunerações

de cada servidor no período a compensar com o regime previdenciário de origem nem há ainda valores de repasse decorrentes de compensação previdenciária, partiu-se do princípio de que o fluxo de compensação previdenciária equivale a 7,00% dos valores médios de benefício compensáveis pagos atualmente. Tal parâmetro é resultado da média observada em outros entes públicos que recebem receitas de compensação previdenciária.

7. Demais Hipóteses Atuariais:

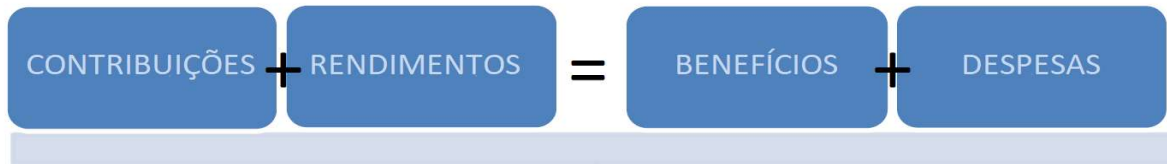
- 7.1. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos: 100%, ou seja, a inflação não corrói remuneração e proventos no período de um ano a ponto de impactar nos valores das Provisões Matemáticas.



3.2 Regimes Financeiros

Para entender os Regimes e Métodos Financeiros Atuariais, considere a equação seguinte:

EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO FINANCIAMENTO DE UM PLANO PREVIDENCIÁRIO.



Os segurados e o Ente Público realizam contribuições regulares para o Fundo que aplica estes recursos no mercado financeiro. Tanto as contribuições quanto os rendimentos são receitas que se somam para fazer o Fundo crescer cada vez mais.

Os pagamentos dos benefícios de aposentadorias e pensões, bem como das despesas administrativas se somam para consumir os recursos do Fundo, fazendo-o decrescer.

Desta forma, os rendimentos são parte importante desta equação e uma das principais diferenças entre os Regimes Financeiros, que, segundo o Art. 30 da Portaria nº 1.467/22, são os seguintes: Regime Financeiro de Capitalização; de Repartição de Capitais de Cobertura e de Repartição Simples.

No Regime Financeiro de Capitalização, as contribuições ocorrem durante a fase laboral do segurado, formando um fundo financeiro que rende receitas financeiras desde o primeiro momento de sua constituição, e permanece produzindo rendimentos mesmo após a concessão do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

No Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, as contribuições de um ano se somam para formar o fundo que garantirá o pagamento dos benefícios concedidos neste período. Neste caso, as receitas financeiras são menores que as do Regime Financeiro de Capitalização, já que ocorrem apenas após a concessão do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos dos benefícios não programáveis de aposentadoria por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como de Pensão por morte de Segurados Ativos.

No Regime Financeiro de Repartição Simples, conceitualmente, não há formação de fundo financeiro e, desta forma, não há receita financeira. Sua aplicação era indicada para cálculo dos custos dos auxílios, mas, em função da edição da EC 103/19, passaram a cargo do tesouro do ente público.

3.3 Métodos de Financiamento Atuarial

A Portaria nº 1.467/22 define como Método de Financiamento Atuarial aquele adotado pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS. O normativo prevê os seguintes métodos:

- I - Crédito Unitário Projetado;
- II - Idade Normal de Entrada;
- III - Prêmio Nivelado Individual; e
- IV - Agregado por Idade Atingida.

Neste estudo atuarial, será utilizado o método Idade Normal de Entrada, que tem como principal característica o fato de que Custo Normal é um percentual constante do salário ao longo do tempo, o que traz confiança no sistema previdenciário.

4 PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Para elaboração da avaliação atuarial, foram considerados os benefícios previdenciários descritos abaixo, inclusive o Abono Anual, previstos na legislação do município, para fins de apuração do custo:

- Aposentadorias, que correspondem a benefícios concedidos aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo, podendo ser compulsória ou voluntária por tempo de contribuição e por idade.
- Aposentadoria por Invalidez que corresponde ao benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do município ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição

Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do município.

- Pensão por Morte, que corresponde ao benefício previdenciário concedido ao dependente do servidor ativo ou aposentado, que venha a falecer.

5 BASE DE DADOS CADASTRAIS

Para esta análise foram utilizadas bases de dados cadastrais que contemplam toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, conforme informações dadas pelos gestores do plano.

As bases de dados utilizadas no último estudo atuarial apresentam qualidade satisfatória. Diante da inexistência ou inconsistência de informações apresentadas nas bases de dados cadastrais encaminhadas pelo Município, foram adotadas premissas técnicas que visam reduzir seus efeitos nos resultados da avaliação atuarial. Tais inconsistências estão relacionadas ao tempo de serviço anterior ao ingresso no Município não informado.





Fundo Previdenciário

Composto pelos servidores admitidos a partir de 28/dez/01 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores, conforme a Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2001. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Capitalização.



6 ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Em atendimento à Portaria nº 185, de 14 de maio de 2015, e em consonância com o item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018, segue abaixo análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, informações retiradas do Demonstrativos de Avaliação Atuarial – DRAA, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas:

6.1 Variação na base de dados cadastrais do Fundo Previdenciário

Quadro 1. Variações do Quantitativo de participantes

| Discriminação | Ativos | Aposentados | Pensionistas |
|-------------------------|--------|-------------|--------------|
| Avaliação Atuarial 2021 | 4.481 | 89 | 49 |
| Avaliação Atuarial 2022 | 4.456 | 110 | 46 |
| Avaliação Atuarial 2023 | 4.466 | 134 | 69 |

Quadro 2. Variações dos Salários e Benefícios Médios

| Discriminação | Ativos | Aposentados | Pensionistas |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Avaliação Atuarial 2021 | R\$ 3.719,65 | R\$ 3.863,02 | R\$ 1.405,17 |
| Avaliação Atuarial 2022 | R\$ 3.788,84 | R\$ 3.993,03 | R\$ 2.225,09 |
| Avaliação Atuarial 2023 | R\$ 5.312,68 | R\$ 4.604,35 | R\$ 1.762,84 |

Quadro 3. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

| Discriminação | Ativos | Aposentados | Pensionistas |
|-------------------------|-------------------|----------------|----------------|
| Avaliação Atuarial 2021 | R\$ 16.667.766,61 | R\$ 343.808,49 | R\$ 68.853,10 |
| Avaliação Atuarial 2022 | R\$ 16.883.056,69 | R\$ 439.233,63 | R\$ 102.353,93 |
| Avaliação Atuarial 2023 | R\$ 23.726.443,94 | R\$ 616.983,40 | R\$ 121.636,03 |

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e 2022 houve redução de 0,56% pontos percentuais no número de participantes ativos, 25 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 21, e redução de pensões, 03, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento em 2,02% no gasto com pessoal.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2022 e 2023 verificou-se aumento de 0,22% pontos percentuais no número de participantes ativos, 10 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 24, e aumento de pensões, 23, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 40,40% no gasto com pessoal.

6.2 Variação no custo previdenciário

Quadro 4. Variações dos Custos Normais

| CUSTO NORMAL | Avaliação Atuarial 2021 | Avaliação Atuarial 2022 | Avaliação Atuarial 2023 |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Aposentadorias com reversão ao dependente | 25,83% | 22,11% | 20,88% |
| Invalidez com reversão ao dependente | 1,02% | 2,12% | 2,13% |
| Pensão de ativos | 1,69% | 3,79% | 3,73% |
| Auxílios | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL | 28,54% | 28,02% | 26,74% |
| Administração do Plano | 2,00% | 2,00% | 2,40% |
| CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL | 30,54% | 30,02% | 29,14% |

Quadro 5. Variações dos Valores de Reservas e Ativo do Plano

| Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC) | Avaliação Atuarial 2021 | Avaliação Atuarial 2022 | Avaliação Atuarial 2023 |
|---|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| (-) Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) | R\$ 7.774.242,42 | R\$ 85.428.757,74 | R\$ 116.150.124,67 |
| (-) Provisões Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) | R\$ 667.583.364,35 | R\$ 882.517.570,83 | R\$ 1.053.658.222,82 |
| Provisões Matemáticas (PMBaC + PMBC) | R\$ 675.357.606,77 | R\$ 967.946.328,57 | R\$ 1.169.808.347,49 |
| (+) Ativo Líquido do Plano | R\$ 1.028.929.131,52 | R\$ 1.186.377.693,81 | R\$ 1.344.079.378,58 |
| Resultado: Superávit Técnico Atuarial | R\$ 353.571.524,75 | R\$ 218.431.365,24 | R\$ 174.271.031,09 |

Dos dados dispostos nos quadros acima, podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e a Avaliação Atuarial de 2022 verificou-se um aumento de 43,32% dos valores de Provisões Matemáticas em função da queda da taxa de juros utilizada no cálculo, de 5,44% em 2021 para 4,87% em 2022; redução de 38,22% do valor de superávit, visto que o aumento de 15,30% do Ativo Líquido do plano não foi em magnitude suficiente para cobrir o aumento das Provisões Matemáticas e em função da redução da taxa de juros utilizada no cálculo.

No quadro abaixo é possível verificar o resultado considerando-se a taxa do ano passado e a atual:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2022 e a Avaliação Atuarial de 2023 verificou-se um aumento de 20,85% dos valores de Provisões Matemáticas em função do aumento da folha de salários e benefícios em 40,40%, sendo que o aumento da taxa de juros utilizada no cálculo, de 4,87% em 2022 para 5,11% em 2023 suavizou o impacto da variação das folhas; redução de 20,22% do valor de superávit, visto que o aumento de 13,29% do Ativo Líquido do plano não foi em magnitude suficiente para cobrir o aumento das Provisões Matemáticas.

6.3 Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas

Quadro 6. Total de Receitas e Despesas Estimadas

| Exercício | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | SALDO PREVIDENCIÁRIO |
|-------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------|
| | Valor (a) (*) | Valor (b) (*) | Valor (c) = (a - b) |
| Avaliação Atuarial 2020 | 122.707.396,80 | 22.619.004,28 | 100.088.392,52 |
| Avaliação Atuarial 2021 | 65.640.370,61 | 28.829.258,93 | 36.811.111,68 |
| Avaliação Atuarial 2022 | 137.842.424,54 | 11.430.233,02 | 126.412.191,52 |

Quadro 7. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Ocorridas

| Exercício | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | SALDO PREVIDENCIÁRIO |
|-----------|--------------------------|--------------------------|----------------------|
| | Valor (a) (*) | Valor (b) (*) | Valor (c) = (a - b) |
| 2020 | 134.931.473,21 | 5.157.811,34 | 129.773.661,87 |
| 2021 | 83.162.797,85 | 6.414.094,89 | 76.748.702,96 |
| 2022 | 113.904.043,76 | 8.571.925,17 | 105.332.118,59 |

Quadro 8. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

| Exercício | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | SALDO PREVIDENCIÁRIO |
|-----------|--------------------------|--------------------------|----------------------|
| | Valor (a) (*) | Valor (b) (*) | Valor (c) = (a - b) |
| 2020 | | | |
| 2021 | -1,75% | 212,15% | |
| 2022 | | | |

Obs.: Os valores realizados para os anos de 2020 e 2021 apresentam leve diferença em relação ao relatório de Gestão Atuarial de 2022 devido não ter sido incluído os valores de Custeio administrativo.

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

Verifica-se que no período analisados as receitas previdenciárias estimadas totalizaram R\$ 326.190.191,95, enquanto a receitas executadas totalizaram R\$ 331.998.314,82, assim os valores estimados foram menores em 1,75% em relação às efetivamente executadas, mostrando proximidade entre os valores.

Em contrapartida as despesas estimadas totalizaram R\$ 62.878.496,23, enquanto as despesas executadas totalizaram R\$ 20.143.831,40, assim os valores estimados foram superiores em 212,15% as despesas efetivamente executadas. Essas variações, muito provavelmente, se devem aos servidores em risco iminente, que se aposentaram em quantitativo menor ao quantitativo estimado.

Na Avaliação de 2022 verificou-se uma estimativa de despesa muito mais próxima do histórico de valores ocorridos.

Fundo Financeiro

Composto pelos servidores admitidos até 28/dez/01 e benefícios gerados por estes servidores conforme Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2001. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Repartição Simples.



7 ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO FINANCEIRO

Passamos a descrever agora, as principais variações entre os resultados apurados neste estudo e os das três últimas avaliações atuariais.

Foi utilizada para esta análise a base de dados cadastral que contempla toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, colhidos dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais – DRAAs.

7.1 Variação na base de dados cadastrais do Fundo Financeiro

Quadro 9. Variações do Quantitativo de participantes

| Discriminação | Ativos | Aposentados | Pensionistas |
|-------------------------|--------|-------------|--------------|
| Avaliação Atuarial 2021 | 1.447 | 4.444 | 801 |
| Avaliação Atuarial 2022 | 1.179 | 4.583 | 789 |
| Avaliação Atuarial 2023 | 966 | 4.737 | 870 |

Quadro 10. Variações dos Salários e Benefícios Médios

| Discriminação | Ativos | Aposentados | Pensionistas |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Avaliação Atuarial 2021 | R\$ 4.145,99 | R\$ 4.740,35 | R\$ 2.373,01 |
| Avaliação Atuarial 2022 | R\$ 4.322,22 | R\$ 4.852,11 | R\$ 2.793,52 |
| Avaliação Atuarial 2023 | R\$ 4.680,21 | R\$ 5.159,20 | R\$ 2.656,15 |

Quadro 11. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

| Discriminação | Ativos | Aposentados | Pensionistas |
|-------------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Avaliação Atuarial 2021 | R\$ 5.999.243,02 | R\$ 21.066.098,18 | R\$ 1.900.779,32 |
| Avaliação Atuarial 2022 | R\$ 5.095.892,39 | R\$ 22.237.236,76 | R\$ 2.204.090,18 |
| Avaliação Atuarial 2023 | R\$ 4.521.084,68 | R\$ 24.439.120,46 | R\$ 2.310.854,03 |

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre 2021 e 2022 houve redução de 18,52 pontos percentuais no número de participantes ativos, 268 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 139, e redução de pensões, 12, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 1,97% no gasto com pessoal.
- Entre 2022 e 2023 redução de 18,07% pontos percentuais no número de participantes ativos, 213 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 154, e aumento de pensões, 81, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 5,87% no gasto com pessoal.

7.2 Variação no Custo Previdenciário

O Fundo Financeiro é um fundo em Repartição Simples não havendo formação de Provisões Matemáticas para além do exercício corrente. Desta forma, não há análise comparativa a ser feita.

7.3 Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas

Quadro 12. Total de Receitas e Despesas Estimadas

| Exercício | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | SALDO PREVIDENCIÁRIO |
|-------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| | Valor (a) (*) | Valor (b) (*) | Valor (c) = (a - b) |
| Avaliação Atuarial 2020 | 21.790.042,83 | 312.330.135,16 | -290.540.092,33 |
| Avaliação Atuarial 2021 | 333.643.660,02 | 334.935.389,34 | -1.291.729,32 |
| Avaliação Atuarial 2022 | 51.679.224,96 | 319.062.182,24 | -267.382.957,28 |

Quadro 13. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Executadas

| Exercício | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | SALDO PREVIDENCIÁRIO |
|-----------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| | Valor (a) (*) | Valor (b) (*) | Valor (c) = (a - b) |
| 2020 | 313.564.208,33 | 315.157.351,75 | -1.593.143,42 |
| 2021 | 279.789.356,73 | 324.687.293,84 | -44.897.937,11 |
| 2022 | 283.310.637,08 | 352.010.050,56 | -68.699.413,48 |

Quadro 14. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

| Exercício | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | SALDO PREVIDENCIÁRIO |
|-----------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| | Valor (a) (*) | Valor (b) (*) | Valor (c) = (a - b) |
| 2020 | | | |
| 2021 | -53,56% | -2,57% | |
| 2022 | | | |

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

Verifica-se que no período analisados as receitas previdenciárias estimadas totalizaram R\$ 407.112.927,81, enquanto as receitas executadas totalizaram R\$876.664.202,14, assim os valores estimados foram inferiores em 53,56% em relação às efetivamente executadas.

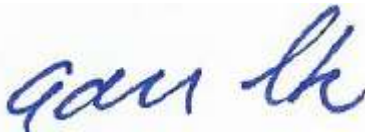
Em contrapartida as despesas estimadas totalizaram R\$ 966.327.706,74, enquanto as despesas executadas totalizaram R\$ 991.854.696,15, assim os valores estimados foram inferiores em 2,57% às despesas efetivamente executadas, mostrando proximidade entre as estimativas e o valor realizado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de gestão atuarial tem por principal objetivo avaliar a aderência das projeções atuariais à realidade do plano previdenciário no período dos últimos três anos.

Desta forma, tomou-se as projeções consignadas nos estudos atuariais anteriores, os quais foram realizados pelos atuários responsáveis técnicos do plano previdenciário no período entre 2021 e 2023, bem como os valores de receitas e despesas ocorridas neste mesmo período.

Na análise comparativa, verificou-se em alguns casos diferença significativa entres os valores projetados e ocorridos, que pode ser atribuída, em princípio, aos casos de risco iminente de aposentadoria não ocorridos.



Adilson Moraes da Costa
Atuário Miba 1.032 MTE/RJ

Maria Avilete Ramalho
Presidente do AJUPREV